



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada
LEI MUNICIPAL Nº 0372, DE 09 DE JULHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA**, José Antônio Vasconcelos da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e nas normas contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2025, compreendendo:

- As metas e prioridades da Administração Pública;
- A estrutura e a organização do Orçamento;
- Orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2025, incluindo as despesas de capital;
- As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- Disposição sobre a Dívida Pública Municipal;
- A Promoção do equilíbrio fiscal;
- As disposições Finais.

§ 1º – Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º, 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, integram ainda presente Lei:

I – O Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2025, 2026 e 2027.

Este Anexo conterá, ainda:

- Metas Anuais.
- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Metas Fiscais Anuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- Evolução do Patrimônio Líquido;
- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS e Projeção Atuarial do RPPS
- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- Ações de Capital para o exercício de 2025.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

II – e o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Seção Única

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2025, têm o seguinte objetivo:

- I. Valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais
- II. Austeridade na utilização dos recursos públicos
- III. Desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município, com vistas ao fortalecimento de seu papel como referência no contexto da região em que *está* situado;
- IV. Melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de mobilidade urbana, alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidade de trabalhos produtivos;
- V. Assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitem de auxílios de poder público;
- VI. Combate sistemático ao analfabetismo
- VII. Redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade
- VIII. Valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas sejam atingidas
- IX. Ampliação das oportunidades educacionais e da melhoria do ensino
- X. Indução ao desenvolvimento sustentável da produção local através de estímulo ao empreendedorismo; à organização do trabalho coletivo e associado, com ênfase na economia solidária; e desenvolvimento de programas de geração de ocupação e renda.
- XI. Transparência na ação governamental;
- XII. Criação e manutenção de equipamentos para prática de esportes nos diversos espaços públicos;
- XIII. Aprimoramento dos investimentos na área da saúde, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica e especializada, intensificando a integração dos serviços oferecidos a população de maior vulnerabilidade;
- XIV. Estabelecer prioridades aos SUAS, ampliando os serviços prestados
- XV. Desenvolvimento do atendimento à saúde da população, com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar.
- XVI. Promoção do acesso à educação básica, melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, melhoria na Educação de Jovens e Adultos, manutenção do conjunto de ações e dos programas educacionais, garantindo atividades de reforço escolar, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores, com requalificação da rede física das unidades públicas, promoção de práticas pedagógicas inclusivas que visem oferecer oportunidades e habilidades, reconhecendo as diferenças e buscando o progresso e participação na sociedade e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do município;
- XVII. Aumentar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.
- XVIII. Oferecer condições adequadas para a prática de atividades esportivas inclusivas, comunitárias de forma disseminada na cidade, priorizando o fomento ao esporte amador.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

- XIX.** Incentivar o desenvolvimento de atividades esportivas voltadas à promoção do ser humano e a inclusão social por meio de parcerias público-privadas;
- XX.** Promoção, apoio e incentivo à formação cultural e ao acesso da população, especialmente da criança, aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do município, criação e produção artístico-culturais da sociedade com ênfase na cultura popular, promoção de medidas visando a recuperação e valorização do patrimônio cultural.
- XXI.** Melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de mobilidade urbana, alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidade de trabalhos produtivos.
- XXII.** Assistência e proteção aos portadores de Transtorno do Espectro Autista, por meio de ações integradas desenvolvidas no âmbito da saúde, da educação e da assistência social;
- XXIII.** Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes no município, com ênfase no fortalecimento da rede de serviços e de proteção, a exemplo de combate a abusos cometidos contra crianças e adolescentes, ao combate à exploração do trabalho infantil, buscando o permanente monitoramento das políticas públicas, o fortalecimento dos conselhos de direito e do conselho tutelar e na busca da ampliação dos recursos destinados ao cofinanciamento das políticas públicas.
- XXIV.** Ampliação do sistema de garantia de direitos e proteção social para pessoas em condição de vulnerabilidade ou risco, com estabelecimento de políticas de inclusão socioeconômica e combate ao preconceito e à discriminação;
- XXV.** Acessibilidade universal para pessoas com deficiência; prioridade para adequação dos espaços e equipamentos públicos;
- XXVI.** Realização de ações emergenciais e continuadas de apoio à sociedade vitimada pelos efeitos da pandemia do coronavírus, dando ênfase à população sobrevivendo em situação extrema de vulnerabilidade social;
- XXVII.** Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de:
- Preservação do meio-ambiente;
 - Desenvolvimento de Projetos de Habitação Urbana e Rural para população de baixa renda
 - Saneamento Básico
 - Aprimorar a infraestrutura municipal.
 - Apoio ao setor agrícola do município.
 - Atendimento à criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada
 - Atendimento às famílias carentes através de programas sociais;
 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura;
 - Inclusão Produtiva

Parágrafo único - As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal, poderão ser atualizadas, revistas, ou substituídas quando do envio dos Projetos de Lei para revisão do Plano Plurianual – PPA 2024-2025 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, em 30 de setembro de 2024. O Município buscará parcerias com os governos estadual e federal objetivando o auxílio necessário ao alcance das metas estabelecidas neste artigo.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES
Seção Única



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 3º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

CAPÍTULO III **DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

Seção I **Do Equilíbrio**

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2025 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

Seção II **Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 5º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2025 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição Federal, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes na Legislação em vigor.

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2025, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de § 4º do art. 5º da LC Nº 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 4º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2025 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 6º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2025 será composta das seguintes peças:

I – Projeto de Lei Orçamentária anual, constituído de texto e demonstrações;

II – Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e de seguridade social, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscais e Seguridade Social por Categoria Econômica.
- b) Demonstrativo da Receitas segundo as Categorias Econômicas
- c) Demonstrativo da Despesas segundo as Categorias Econômicas
- d) Demonstrativo das Funções por Programa de Trabalho



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

- e) Demonstrativo das Funções, Subfunções e Programas por Projeto, Atividades e Operações Especiais.
- f) Demonstrativo das Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos
- g) Demonstrativo das Despesas por Unidades Orçamentárias e por Categoria Econômica
- h) Despesa por órgãos e funções;
- i) Recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB;
- j) Programação referente ao atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000.

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2024.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2024 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente.

Art. 7º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2025 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50 % (Cinquenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento, transposição e transferência de uma Unidade para outra das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais.

Art. 8º - O Orçamento para o exercício de 2025 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

Art. 9º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 10º – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

Art. 11 – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 1º § 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias e dos fundos se:

- I. Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- III. Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV. Os recursos alocados destinaram-se a contrapartidas de recursos federais ou estaduais com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 12 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentaria de 2025 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial.

Art. 13 – As dotações orçamentárias constantes nos orçamentos fiscal e da seguridade social serão agregadas segundo órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas de governo e ação.

Seção III **Da Classificação das Receitas e Despesas**

Art. 14 - Na lei orçamentária a discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, devendo esta ser detalhada por modalidade de aplicação e fontes/destinação de recursos.

§ 1º - A categoria econômica tem como finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas de capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

§ 2º - O grupo de natureza de despesas é um agregador de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

- I – grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais
- II – grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- III - grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- IV - grupo 4 – Investimentos;
- V – grupo 5 – Inversões Financeiras;
- VI – grupo 6 – Amortização da Dívida;
- VII – grupo 7 – Reserva de Contingência.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – Mediante transferência financeira, inclusive decorrente de descentralização orçamentaria para outras esferas do Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II – Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade, no âmbito do mesmo nível do Governo.

§ 4º - A especificação da modalidade de aplicação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, da Secretaria de Orçamento Federal – SOF e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 15 – As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Parágrafo Único – A Administração poderá conceder doações em espécie, utilizando-se da rubrica 3.3.90.48.01 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, ou em produtos e serviços utilizando-se da rubrica 3.3.90.32.01 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, obedecendo a Legislação municipal específica.

Art. 16 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Art. 17 – Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes previstos na Lei Orçamentária (Art. 62 da LRF)

Art. 18 – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 19 - A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2025 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único – A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS
Seção Única

Art. 20 – A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, artigos 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2025 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

- I – efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II – variações de índices de preços;
- III – crescimento econômico;
- IV – Índice inflacionário

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitido se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC Nº 101/00.

Art. 21 – A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC Nº 101/2000.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL
SEÇÃO ÚNICA

Art. 22 – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC Nº 101/2000.

Art. 23 – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições da LC Nº. 101/00 será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.

Art. 24 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos ou reajustamentos de remuneração, inclusive a revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2025, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC Nº 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.

Art. 25 - Criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.

Art. 26 – Na forma do art. 37, da Constituição Federal, ficam os Poderes Legislativo e Executivo, autorizados a realizar Concurso Público, desde que devidamente justificados e observando os limites definidos na legislação.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 27 – A realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título, quando a despesa houver extrapolado os percentuais previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, somente poderão ocorrer, quando destinado ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou prejuízo para sociedade e à revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos prevista na Constituição, especialmente os voltados para as áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 28 – Não são consideradas, para efeito do cálculo dos limites da despesa com pessoal, aquelas realizadas com pagamento de pessoas físicas, autônomas, de caráter eventual, para conservação, recuperação, instalação, ampliação e pequenos reparos de bens móveis, imóveis, equipamentos e materiais permanentes e de serviços complementares que não constituem atribuições do órgão ou entidade contratante, bem como a prestação de serviços no âmbito do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI
DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES
Seção I
Repasse de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 29 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2.000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

Seção II
Repases a Instituições Públicas e Privadas

Art. 30 – Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2025, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – de lei específica, autorizativa da subvenção;

III – da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

IV – da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V – da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2024.

VI – Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Parágrafo único – Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2025, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.

Art. 31 – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VII **DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO**

Seção I **Da Limitação do Empenho**

Art. 32 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I** – com pessoal e encargos patronais;
- II** – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar nº 101/2000;

Art. 33 – O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025 o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101.

Seção II **Do Controle Interno**

Art. 34 – Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitada as disposições da legislação federal em vigor.

CAPÍTULO VIII **DAS VEDAÇÕES** **Seção Única** **Disposições Gerais**



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 35 – Será considerada não autorizada, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

Art. 36 – É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO IX **DAS DÍVIDAS**

Seção I

DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Subseção I

Dos Precatórios

Art. 37 – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2025, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de precatórios e de sentenças judiciais de pequeno valor, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Entende-se como despesa de pequeno valor, para fins desta Lei, aqueles cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

§ 2º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2024, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2025, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 3º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

Subseção II

Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 38 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 39 - O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC Nº 101/2000.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I
Dos Prazos

Art. 40 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2025 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2024 e devolvido para sanção até 30 (trinta) de novembro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

Art. 41 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2025, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta e um) de junho de 2024 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 58/2009, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

Seção II
Alterações na Legislação Tributária

Art. 42 - Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2025, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até novembro de 2024 e IMPRETERIVELMENTE ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena de responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativa.

Seção III
Das Disposições Finais

Art. 43 - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

Art. 44 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

- I – ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças;
- II – ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;
- III – Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 45 - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.



Estado da Paraíba
Prefeitura de Pedra Lavrada

Art. 46 - O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referência, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

Art. 47 – A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (hum por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2025, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 48 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal através de órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 49 – O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD será parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025, especificando, para cada categoria de programação, os grupos de despesas e respectivos desdobramentos até o nível de modalidade de aplicação, observados o disposto no art. 14º desta Lei.

Art. 50 – Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos art. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN em vigor para o referido exercício financeiro.

Art. 51 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2024, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Legislativo, até que seja sancionada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 52- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Pedra Lavrada-PB, 09 de julho de 2024.

José Antônio Vasconcelos da Costa
Prefeito

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2025 | | | | 2026 | | | | 2027 | | | |
|---|--------------|------------|--------------------|--------------|--------------|------------|--------------------|--------------|--------------|------------|--------------------|--------------|
| | VALOR | | %PIB (a/PIB) x 100 | %RCL (a/RCL) | VALOR | | %PIB (b/PIB) x 100 | %RCL (a/RCL) | VALOR | | %PIB (c/PIB) x 100 | %RCL (a/RCL) |
| | CORRENTE (a) | CONSTANTE | | | CORRENTE (b) | CONSTANTE | | | CORRENTE (c) | CONSTANTE | | |
| Receita Total | 58.254.000 | 56.284.058 | 0,070969 | 1,157 | 61.167.000 | 57.377.234 | 0,070052 | 1,157 | 64.226.000 | 56.513.958 | 0,069301 | 1,157 |
| Receitas Primárias (I) | 57.907.500 | 55.949.275 | 0,070547 | 1,150 | 60.803.175 | 57.035.950 | 0,069636 | 1,150 | 63.843.984 | 56.177.813 | 0,068889 | 1,150 |
| Despesa Total | 58.254.000 | 56.284.058 | 0,070969 | 1,157 | 61.167.000 | 57.377.234 | 0,070052 | 1,157 | 64.226.000 | 56.513.958 | 0,069301 | 1,157 |
| Despesas Primárias (II) | 57.513.750 | 55.568.841 | 0,070067 | 1,142 | 61.167.000 | 57.377.234 | 0,070052 | 1,157 | 63.409.874 | 55.795.830 | 0,068420 | 1,142 |
| Resultado Primário (II) = (I - II) | 393.750 | 380.435 | 0,000480 | 0,008 | (363.825) | (341.283) | (0,000417) | (0,007) | 434.109 | 381.983 | 0,000468 | 0,008 |
| Resultado Nominal | 740.250 | 715.217 | 0,000902 | 0,015 | - | - | - | - | 816.126 | 718.128 | 0,000881 | 0,015 |
| Dívida Pública Consolidada | 23.843.826 | 23.037.513 | 0,029048 | 0,473 | 24.143.237 | 22.647.378 | 0,027650 | 0,457 | 24.417.443 | 21.485.479 | 0,026347 | 0,440 |
| Dívida Consolidada Líquida | 23.103.576 | 22.322.296 | 0,028146 | 0,459 | 23.365.974 | 21.918.272 | 0,026760 | 0,442 | 23.601.318 | 20.767.351 | 0,025466 | 0,425 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | | | | | | | | | | | | |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | | | | | | | | | | | | |
| Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V) | | | | | | | | | | | | |

FONTE: Sec. de Administração

TABELA AUXILIAR

| VARIÁVEIS | 2025 | 2026 | 2027 |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Inflação Média % | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Deflação p/ Valor Constante | 1,0350 | 1,0661 | 1,1365 |
| Receita Corrente Líquida | 50.366.000 | 52.884.300 | 55.528.515 |
| Projeção do PIB do Estado | 82.084.000.000 | 87.316.000.000 | 92.677.000.000 |

FONTE:

LDO do Estado da Paraíba 2022

 José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2025

AMF - **Demonstrativo 2** (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2023 (a) | % PIB | Metas Realizadas em 2023 (b) | % PIB | Variação | |
|---------------------------------------|----------------------------------|-------|-----------------------------------|----------|-----------------|-------------------|
| | | | | | Valor © = (b-a) | % (c / a) x 100 |
| Receita Total | 43.363.000 | 0,067 | 50.821.042,36 | 0,079 | 7.458.042,36 | 17,19909222 |
| Receitas Primárias (I) | 43.009.000 | 0,067 | 50.548.392,58 | 0,0785 | 7.539.392,58 | 17,52980209 |
| Despesa Total | 43.363.000 | 0,067 | 48.420.222,83 | 0,0752 | 5.057.222,83 | 11,66252988 |
| Despesas Primárias (II) | 42.647.000 | 0,066 | 47.873.735,46 | 0,0744 | 5.226.735,46 | 12,2558104 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 362.000 | 0,001 | 2.674.657,12 | 0,0042 | 2.312.657,12 | 638,855558 |
| Resultado Nominal | 716.000 | 0,001 | 2.947.306,90 | 0,004578 | 2.231.306,90 | 0 |
| Dívida Pública Consolidada | 23.522.058 | 0,037 | 23.522.058,30 | 0,03654 | - | 0 |
| Dívida Consolidada Líquida | 22.806.058 | 0,035 | | 0 | (22.806.058,30) | 0 |

FONTE: Sec. de Administração

TABELA AUXILIAR

| VARIÁVEIS | VALOR |
|---------------------------|----------------|
| Previsão do PIB 2020 | - |
| Valor Efetivo do PIB 2020 | 64.374.000.000 |

FONTE: PIB Estado - IBGE

 José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | CORRENTE | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------------|-------------|---|------------|---------|------------|------|------------|------|------------|------|
| | 2022 | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % |
| Receita Total | 30.656.000 | 43.363.000 | | 55.480.000 | 27,94 | 58.254.000 | 5,00 | 61.167.000 | 5,00 | 64.226.000 | 5,00 |
| Receitas Primárias (I) | 30.592.000 | 43.009.000 | | 55.150.000 | 28,23 | 57.907.500 | 5,00 | 60.803.175 | 5,00 | 63.843.984 | 5,00 |
| Despesa Total | 30.656.000 | 43.363.000 | | 55.480.000 | 27,94 | 58.254.000 | 5,00 | 61.167.000 | 5,00 | 64.226.000 | 5,00 |
| Despesas Primárias (II) | 42.532.743 | 47.873.735 | | 54.775.000 | 14,42 | 57.513.750 | 5,00 | 61.167.000 | 6,35 | 63.409.874 | 3,67 |
| Resultado Primário (II) = (I - II) | (11.940.743) | (4.864.735) | | 375.000 | -107,71 | 393.750 | 5,00 | (363.825) | | 434.109 | |
| Resultado Nominal | (11.876.743) | (4.510.735) | | 705.000 | | 740.250 | | - | | 816.126 | |
| Dívida Pública Consolidada | 23.752.281 | 23.522.058 | | 23.522.058 | | 23.843.826 | | 24.143.237 | | 24.417.443 | |
| Dívida Consolidada Líquida | 23.752.281 | 22.806.058 | | 22.817.058 | | 23.103.576 | | 23.365.974 | | 23.601.318 | |

| ESPECIFICAÇÃO | CONSTANTE | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------------|-------------|---|------------|---------|------------|------|------------|------|------------|-------|
| | 2022 | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % |
| Receita Total | 29.335.885 | 41.495.694 | | 53.090.909 | 27,94 | 56.284.058 | 6,01 | 57.377.234 | 1,94 | 56.513.958 | -1,50 |
| Receitas Primárias (I) | 29.274.641 | 41.156.938 | | 52.775.120 | 28,23 | 55.949.275 | 6,01 | 57.035.950 | 1,94 | 56.177.813 | -1,50 |
| Despesa Total | 29.335.885 | 41.495.694 | | 53.090.909 | 27,94 | 56.284.058 | 6,01 | 57.377.234 | 1,94 | 56.513.958 | -1,50 |
| Despesas Primárias (II) | 40.701.190 | 45.812.187 | | 52.416.268 | 14,42 | 55.568.841 | 6,01 | 57.377.234 | 3,25 | 55.795.830 | -2,76 |
| Resultado Primário (II) = (I - II) | (11.426.549) | (4.655.249) | | 358.852 | -107,71 | 380.435 | 6,01 | (341.283) | | 381.983 | |
| Resultado Nominal | (11.365.305) | (4.316.493) | | 674.641 | | 715.217 | | - | | 718.128 | |
| Dívida Pública Consolidada | 22.729.456 | 22.509.147 | | 22.509.147 | | 23.037.513 | | 22.647.378 | | 21.485.479 | |
| Dívida Consolidada Líquida | 22.729.456 | 21.823.979 | | 21.834.506 | | 22.322.296 | | 21.918.272 | | 20.767.351 | |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2025
METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO | | | | | |
|---------------------|------|------|------|------|------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 5,79 | 3,25 | 3 | 3 | 3 | 3 |

FONTE: Inflação Média * - Histórico das Metas para Inflação, BANCO CENTRAL DO BRASIL

2022

Valor Corrente **X 1,0350**

2023

Valor Corrente **X 1,0686**

2024

Valor Corrente **X 1,1420**

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2025

AMF - **Demonstrativo 4** (LRF, ar. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

| Patrimônio Líquido | 2023 | % | 2022 | % | 2021 | % |
|---------------------|------|---|------|---|------|---|
| Patrimônio/Capital | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Resultado Acumulado | | | | | | |
| TOTAL | - | | - | | - | |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| Patrimônio Líquido | 2023 | % | 2022 | % | 2021 | % |
|---------------------|------|---|------|---|------|---|
| Patrimônio/Capital | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Resultado Acumulado | | | | | | |
| TOTAL | - | | - | | - | |

 José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, ar. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2023 (a) | 2022 (b) | 2021 (c) |
|--|------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | - | 16.100,00 | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | 16.100,00 | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | |
| | 2023 (d) | 2022 (e) | 2021 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSO DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | | | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | 16.100,00 | - |
| Investimentos | - | 16.100,00 | |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| SALDO FINANCEIRO | | | |
| | 2023 (g) = (Ia-IIId)+IIIh | 2022 (h) = (Ib-IIe)+IIIi | 2021 (i) = (Ic-IIf) |
| VALOR (III) | - | - | - |

 José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATRUARIAL DO RPPS
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, ar. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 2.242.884,39 | 2.500.366,45 | 3.397.975,88 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.011.372,43 | 968.541,39 | 3.391.721,24 |
| Civil | 1.011.372,43 | 968.541,39 | 3.391.721,24 |
| Receita de Contribuição Patronais | 1.230.991,58 | 1.530.170,61 | - |
| Civil | 1.230.991,58 | 1.530.170,61 | - |
| Em Regime de Parcelamento | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 520,38 | 374,15 | 108,38 |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Receita de Aporte Periódico de Valores Definidos | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | 1.280,30 | 6.146,26 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | 1.280,30 | 6.146,26 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II) | 2.242.884,39 | 2.500.366,45 | 3.397.975,88 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | 154.455,15 | 202.909,93 | 94.492,31 |
| Despesas Correntes | 154.455,15 | 202.909,93 | 94.492,31 |
| Despesas de Capital | - | - | - |
| PREVIDÊNCIA (V) | 2.003.578,02 | 2.642.881,76 | 3.054.437,01 |
| Benefícios - Civil | 2.003.578,02 | 2.642.881,76 | 3.054.437,01 |
| Outras Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (VI) = (IV + V) | 2.158.033,17 | 2.845.791,69 | 3.148.929,32 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 84.851,22 | (345.425,24) | 249.046,56 |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2021 | 2022 | 2023 |
| VALOR | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| VALOR | 368.600,00 | 330.500,00 | 100.000,00 |
| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| Plano de Amortização - contribuição Patronal Suplementar | | | |
| Plano de Amortização - Aporte de Valores Predefinidos | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 1.696,28 | 2.737,03 | 27.493,43 |
| Investimentos e Aplicações | | | - |
| Outros Bens e Direitos | | | |

José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATRUARIAL DO RPPS
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, ar. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PALNO FINANCEIRO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 | | | |
|--|------------------------|------|------|------|------|------|
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | NADA A INFORMAR | | | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | | | | |
| Civil | | | | | | |
| Militar | | | | | | |
| Receita de Contribuição Patronais | | | | | | |
| Civil | | | | | | |
| Militar | | | | | | |
| Em Regime de Parcelamento | | | | | | |
| Receita Patrimonial | | | | | | |
| Receita de Serviços | | | | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | | | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX) | | | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 | | | |
| ADMINISTRAÇÃO (XI) | NADA A INFORMAR | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA (XII) | | | | | | |
| Benefícios - Civil | | | | | | |
| Benefícios - Militar | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XIII) = (XI + XII) | | | | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII) | | | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS | | | | 2021 | 2022 | 2023 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira | | | | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | | | | |

 José Antônio V. da Costa
 PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, ar. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a - b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| 2020 | | | | 27.493,43 |
| 2021 | 6.125.000,00 | 2.573.000,00 | 3.552.000,00 | 3.579.493,43 |
| 2022 | 6.431.250,00 | 1.831.415,00 | 4.599.835,00 | 8.179.328,43 |
| 2023 | 6.752.812,50 | 1.836.909,25 | 4.915.903,26 | 13.095.231,69 |
| 2024 | 7.090.453,13 | 1.842.419,97 | 5.248.033,15 | 18.343.264,84 |
| 2025 | 7.111.724,48 | 1.847.947,23 | 5.263.777,25 | 23.607.042,09 |
| 2026 | 7.133.059,66 | 1.853.491,07 | 5.279.568,58 | 28.886.610,67 |
| 2027 | 7.154.458,84 | 1.859.051,55 | 5.295.407,29 | 34.182.017,96 |
| 2028 | 7.175.922,21 | 1.864.628,70 | 5.311.293,51 | 39.493.311,47 |
| 2029 | 7.197.449,98 | 1.870.222,59 | 5.327.227,39 | 44.820.538,86 |
| 2030 | 7.219.042,33 | 1.875.833,26 | 5.343.209,07 | 50.163.747,94 |
| 2031 | 7.240.699,46 | 1.881.460,76 | 5.359.238,70 | 55.522.986,64 |
| 2032 | 7.262.421,56 | 1.887.105,14 | 5.375.316,42 | 60.898.303,06 |
| 2033 | 7.284.208,82 | 1.892.766,45 | 5.391.442,37 | 66.289.745,42 |
| 2034 | 7.306.061,45 | 1.898.444,75 | 5.407.616,69 | 71.697.362,12 |
| 2035 | 7.327.979,63 | 1.904.140,09 | 5.423.839,54 | 77.121.201,66 |
| 2036 | 7.349.963,57 | 1.909.852,51 | 5.440.111,06 | 82.561.312,72 |
| 2037 | 7.372.013,46 | 1.915.582,06 | 5.456.431,40 | 88.017.744,12 |
| 2038 | 7.394.129,50 | 1.921.328,81 | 5.472.800,69 | 93.490.544,81 |
| 2039 | 7.416.311,89 | 1.927.092,80 | 5.489.219,09 | 98.979.763,90 |
| 2040 | 7.438.560,82 | 1.932.874,08 | 5.505.686,75 | 104.485.450,65 |
| 2041 | 7.460.876,51 | 1.938.672,70 | 5.522.203,81 | 110.007.654,46 |
| 2042 | 7.483.259,14 | 1.944.488,72 | 5.538.770,42 | 115.546.424,88 |
| 2043 | 7.505.708,91 | 1.950.322,18 | 5.555.386,73 | 121.101.811,61 |
| 2044 | 7.528.226,04 | 1.956.173,15 | 5.572.052,89 | 126.673.864,50 |
| 2045 | 7.550.810,72 | 1.962.041,67 | 5.588.769,05 | 132.262.633,55 |
| 2046 | 7.573.463,15 | 1.967.927,79 | 5.605.535,36 | 137.868.168,91 |
| 2047 | 7.596.183,54 | 1.973.831,58 | 5.622.351,96 | 143.490.520,87 |
| 2048 | 7.618.972,09 | 1.979.753,07 | 5.639.219,02 | 149.129.739,89 |
| 2049 | 7.641.829,01 | 1.985.692,33 | 5.656.136,68 | 154.785.876,57 |
| 2050 | 7.664.754,49 | 1.991.649,41 | 5.673.105,09 | 160.458.981,66 |
| 2051 | 7.687.748,76 | 1.997.624,36 | 5.690.124,40 | 166.149.106,06 |
| 2052 | 7.710.812,00 | 2.003.617,23 | 5.707.194,78 | 171.856.300,83 |
| 2053 | 7.733.944,44 | 2.009.628,08 | 5.724.316,36 | 177.580.617,19 |
| 2054 | 7.757.146,27 | 2.015.656,96 | 5.741.489,31 | 183.322.106,50 |
| 2055 | 7.780.417,71 | 2.021.703,94 | 5.758.713,78 | 189.080.820,28 |
| 2056 | 7.803.758,97 | 2.027.769,05 | 5.775.989,92 | 194.856.810,20 |

José Antônio V. da Costa

PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDDE | SETOR PROGRAMA BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---------|-----------|-----------------------------------|---------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2025 | 2026 | 2027 | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| <u>EVENTO</u> | Valor Previsto 2024 |
|---|------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | NADA A INFORMAR |
| (-) Transferências Constitucionais | |
| (-) Transferências do FUNDEB | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DA RECEITA
COMPOSIÇÃO
2025

| Descrição | PREVISÃO | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | 2022 | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % |
| CORRENTE | 31.422.600 | 42.519.800 | 35,316 | 50.366.000 | 18,45 | 52.884.300 | 5,000 | 55.528.515 | 5,000 | 58.304.941 | 5,000 |
| Tributária | 888.400 | 1.088.800 | | 1.667.400 | | 1.750.770 | | 1.838.309 | | 1.930.224 | |
| Contribuições | 3.554.500 | 4.752.000 | | 6.125.000 | | 6.431.250 | | 6.752.813 | | 7.090.453 | |
| Patrimonial | 64.000 | 354.000 | | 330.000 | | 346.500 | | 363.825 | | 382.016 | |
| Serviços | - | | | | | - | | - | | - | |
| Transferências | 26.613.100 | 35.935.000 | | 41.563.600 | | 43.641.780 | | 45.823.869 | | 48.115.062 | |
| Outras | 302.600 | 390.000 | | 680.000 | | 714.000 | | 749.700 | | 787.185 | |
| CAPITAL | 2.127.000 | 4.354.000 | | 5.114.000 | 17,46 | 5.369.700 | 5,000 | 5.638.485 | 5,006 | 5.921.059 | 5,012 |
| Alienação de Bens | - | | | | | - | | - | | - | |
| Transferências | 2.127.000 | 4.354.000 | | 5.114.000 | | 5.369.700 | | 5.638.485 | | 5.921.059 | |
| Op. De Crédito | - | | | | | - | | - | | - | |
| Outras | - | | | | | - | | - | | - | |
| DEDUÇÃO | 2.893.600 | 3.510.800 | | | | | | | | | |
| | 30.656.000 | 43.363.000 | | 55.480.000 | | 58.254.000 | | 61.167.000 | | 64.226.000 | |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DA RECEITA
COMPOSIÇÃO
2025

| Descrição | REALIZADA | | |
|-------------------|----------------------|----------------------|---|
| | 2022 | 2023 | % |
| CORRENTE | 43.575.355,39 | 51.961.961,10 | |
| Tributária | 1.847.419,68 | 2.179.813,70 | |
| Contribuições | 5.263.670,71 | 6.175.026,20 | |
| Patrimonial | 329.008,41 | 272.649,78 | |
| Transferências | 35.892.171,53 | 41.177.408,72 | |
| Outras | 243.085,06 | 2.157.062,70 | |
| CAPITAL | 2.583.599,04 | 2.353.154,28 | |
| Alienação de Bens | 16.100,00 | | |
| Transferências | 2.567.499,04 | 2.353.154,28 | |
| DEDUÇÃO | 3.315.302,87 | 3.494.073,02 | |
| | 42.843.651,56 | 50.821.042,36 | |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO

PEDRA LAVRADA - PARAIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DA DESPESA
COMPOSIÇÃO
2025

| Descrição | FIXAÇÃO | | | | | | | | | | |
|------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | 2022 | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % |
| CORRENTE | 26.587.000 | 37.250.000 | 40,106 | 47.160.000 | 26,60 | 49.518.000 | 5,00 | 51.993.900 | 5,00 | 54.593.595 | 5,00 |
| Pessoal | 17.070.300 | 24.643.000 | | 32.870.000 | | 34.513.500 | | 36.239.175 | | 38.051.134 | |
| Juros e Encargos | | | | | | - | | - | | - | |
| Outras | 9.516.700 | 12.607.000 | | 14.290.000 | | 15.004.500 | | 15.754.725 | | 16.542.461 | |
| CAPITAL | 3.817.500 | 5.683.000 | 48,867 | 8.029.000 | 41,28 | 8.430.450 | 5,00 | 8.852.273 | 5,00 | 9.295.536 | 5,01 |
| Investimento | 3.347.500 | 4.967.000 | | 7.324.000 | | 7.690.200 | | 8.075.010 | | 8.479.411 | |
| Inversões | - | | | | | - | | - | | - | |
| Amortização | 470.000 | 716.000 | | 705.000 | | 740.250 | | 777.263 | | 816.126 | |
| RESERVA | 251.500 | 430.000 | | 291.000 | | 305.550 | | 320.828 | | 336.869 | |
| | 30.656.000 | 43.363.000 | | 55.480.000 | | 58.254.000 | | 61.167.000 | | 64.226.000 | |

| Descrição | EXECUÇÃO | |
|------------------|----------------------|----------------------|
| | 2022 | 2023 |
| CORRENTE | 38.368.881,47 | 44.734.291,74 |
| Pessoal | 27.123.671,08 | 32.519.834,77 |
| Juros e Encargos | | |
| Outras | 11.245.210,39 | 12.214.456,97 |
| CAPITAL | 4.896.761,54 | 3.685.931,09 |
| Investimento | 4.163.861,82 | 3.139.443,72 |
| Inversões | | |
| Amortização | 732.899,72 | 546.487,37 |
| RESERVA | | |
| | 43.265.643,01 | 48.420.222,83 |

José Antônio V. da Costa
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

08740466000135

ESTUDANTE ELIOMAR CORDEIRO DE SOUSA, 99 CENTRO PEDRA LAVRADA-PB CEP:58180-000

FONE: (83) 3375-4056 FAX: (83) 3375-4056

Ações de Capital - PPA 2025

15/04/2024 00:49

Página 1 de 2

| Código | Especificação | Valor |
|---------------------------------------|--|---------|
| CAMARA DE VEREADORES | | |
| 1001 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL | 56.000 |
| GABINETE DO PREFEITO | | |
| 1002 | ADQUIRIR VEICULO E EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE | 15.000 |
| SEC ADMINISTRAÇÃO | | |
| 1003 | AMPLIAR O PRÉDIO DA SEC ADMINISTRAÇÃO | 15.000 |
| 1004 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 10.000 |
| SEC FINANÇAS | | |
| 1005 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS | 10.000 |
| SEC PLANEJAMENTO E COORD GERAL | | |
| 1006 | MODERNIZAR A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | 10.000 |
| FUNDO MUN DE SAUDE - SEC SAÚDE | | |
| 1007 | CONSTRUIR INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS DE GINASTICAS | 93.000 |
| 1008 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR INSTALAÇÕES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS | 117.000 |
| 1009 | ADQUIRIR VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BASICA DE SAÚDE | 137.000 |
| 1011 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR E EQUIPAR A INSTALAÇÃO DO PREDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 45.000 |
| 1012 | CONSTRUIR/AMPLIAR UN SAUDE ESPECIAL E REFORMAR UNIDADE MISTA | 786.000 |
| 1013 | ADQUIRIR EQUIPAMENTO/VEÍCULO, AMBULANCIA E/OU UNIDADE MOVEL DE SAUDE | 52.000 |
| SEC EDUCAÇÃO | | |
| 1015 | ADQUIRIR VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR | 207.000 |
| 1017 | ADQUIRIR VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES ESCOLARES | 109.000 |
| 1018 | ADQUIRIR, DESAPROPRIAR IMÓVEIS PARA EDUCAÇÃO | 20.000 |
| 1019 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS | 253.000 |
| 1020 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR INSTALAÇÕES DE UNIDADES DA EDU INFANTIL E CRECHES | 358.000 |
| 1021 | ADQUIRIR VEÍCULOS, EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIOS P/ EDUCAÇÃO INFANTIL | 236.000 |
| SEC INFRAESTRUTURA | | |
| 1022 | PAVIMENTAR E DRENAR RUAS E AVENIDAS | 513.000 |
| 1023 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR CALÇAMENTO, MEIO-FIO E URBANIZAÇÃO | 69.000 |
| 1024 | ADQUIRIR IMOVEIS | 10.000 |
| 1025 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E VEICULO PARA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA | 15.000 |
| 1026 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PREDIOS PUBLICOS | 10.000 |
| 1027 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PRAÇAS E CANTEIROS | 59.000 |
| 1028 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR REDE COLETORA DE ESGOTOS SANIT E GALERIAS PLUVIAIS | 49.000 |
| 1029 | CONSTRUIR SISTEMA DE COLETA E RECICLAGEM DE RESIDUOS SOLIDO | 29.000 |
| 1030 | CONSTRUIR MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES | 34.000 |
| 1031 | EXECUTAR PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD | 20.000 |
| 1032 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR ESTRADAS VICINAIS | 514.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

08740466000135

ESTUDANTE ELIOMAR CORDEIRO DE SOUSA, 99 CENTRO PEDRA LAVRADA-PB CEP:58180-000

FONE: (83) 3375-4056 FAX: (83) 3375-4056

Ações de Capital - PPA 2025

15/04/2024 00:49

Página 2 de 2

| Código | Especificação | Valor |
|--|---|------------------|
| SEC AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO | | |
| 1014 | IMPLANTAR SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA MUNICIPAL | 444.000 |
| 1033 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR RESERVATORIOS DE AGUA | 34.000 |
| 1034 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR: POÇOS, BARRAGENS, BARREIROS, CISTERNAS E AÇUDES | 34.000 |
| 1035 | CONSTRUIR MERCADO PUBLICO | 1.559.000 |
| 1036 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E VEICULOS | 29.000 |
| 1037 | ADQUIRIR TRATOR, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA E MÁQUINAS AGRICULAS | 254.000 |
| 1038 | ADQUIRIR IMÓVEIS | 15.000 |
| 1039 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PASSAGENS MOLHADAS, PONTILHÕES, MATA | 104.000 |
| 1040 | CONSTRUIR O CENTRO DE ATEND AO PRODUTOR RURAL | 54.000 |
| FUNDO MUN ASIS. SOICAL SEC A. SOCIAL, TRAB, CIDAD E HABIT | | |
| 1041 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR O CENTRO DE REF. ASSIST. SOCIAL | 44.000 |
| 1042 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR O PRÉDIO DA SEC. A. SOCIAL | 15.000 |
| 1043 | CONSTRUIR E/OU IMPLANTAR CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS | 20.000 |
| 1044 | ADQUIRIR VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA SEC. A. SOCIAL | 10.000 |
| 1045 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PREDIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS | 29.000 |
| 1046 | CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE ARTESANATO | 44.000 |
| 1047 | CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE SEG ALIMENTAR E NUTRICIONAL | 44.000 |
| 1048 | EQUIPAR O CENTRO DE INCLUSAO PRODUTIVA E DE GERAÇÃO DE RENDA | 15.000 |
| 1049 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR CASAS POPULARES - ZONA RURAL | 24.000 |
| 1050 | RECUPERAR CASAS EM SITUAÇÃO DE RISCO MEDIANTE VULNERABILIDADE SOCIAL | 24.000 |
| 1051 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR CASAS POPULARES - ZONA URBANA | 19.000 |
| 1061 | EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES A ASSISTÊNCIA SOCIAL | 50.000 |
| SEC CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER | | |
| 1052 | CONSTRUIR O PORTAL DO MUNICÍPIO | 24.000 |
| 1053 | CONSTRUIR BIBLIOTECA PUBLICA | 24.000 |
| 1054 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA | 5.000 |
| 1055 | CONSTRUIR MUSEU E CENTRO CULTURAL | 24.000 |
| 1056 | CONSTRUIR E/OU AMPLIAR ESTADIO DE FUTEBOL E MÓDULOS ESPORTIVOS | 138.000 |
| 1057 | CONSTRUIR QUADRAS DE ESPORTES | 29.000 |
| 1058 | CONSTRUIR ÁREAS DE LAZER | 5.000 |
| 1062 | CONSTRUIR ESPAÇO DE CULTURA, EVENTOS E LAZER | 204.000 |
| | | 7.169.000 |

MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|----------------------|---------------------------|----------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 10.826,35 | Parcelamento em andamento | 33.449.670,38 |
| Dívidas em Processos de Reconhecimentos | | Desjudicialização | |
| Avais e Garantias Concedidas | 33.449.670,38 | Precatórios | 10.826,35 |
| Assunção de Passivos | | Para inscrição na dívida | |
| Assistências Diversas | | Passivos de Cancelamentos | 2.529.183,59 |
| Outros Passivos Contingentes | 2.529.183,59 | | |
| SUB TOTAL | 35.989.680,32 | SUB TOTAL | 35.989.680,32 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | - | | |
| Restituição de Tributos a Maior | - | | |
| Discrepância de Projeções | - | | |
| Outros Riscos | - | | |
| | - | | |
| SUB TOTAL | - | SUB TOTAL | - |
| TOTAL | 35.989.680,32 | TOTAL | 35.989.680,32 |

| DEMONSTRAÇÃO DOS PASSIVOS | Valor |
|---------------------------|---------------|
| Precatorios | 10.826,35 |
| INSS | 766.368,40 |
| RPPS | 32.621.901,93 |
| PASEP | 61.400,04 |
| ENERGISA | - |
| IMETRO | - |
| RESTOS A PAGAR | 2.529.183,29 |
| | 35.989.680,01 |

JOSE ANTONIO VASCONCELOS DA COSTA
 Prefeito